

## Relatório Anual da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

### Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Ativo circulante</b>		<b>153</b>	<b>4</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>630</b>	<b>8</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	152	3	Fornecedores		423	8
IR e CS compensáveis		1	1	Outros tributos a pagar		45	-
<b>Ativo não circulante</b>		<b>18.271</b>	<b>1.951</b>	Outros passivos		162	-
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro	6	-	1.951	<b>Passivo não circulante</b>		<b>11.744</b>	<b>73</b>
Contas a receber da concessão - Ativo contratual	6	18.271	-	PIS e COFINS diferidos		1.690	-
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.696	73
				Encargos regulatórios diferidos		548	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital		7.810	-
				<b>Patrimônio líquido</b>		<b>6.050</b>	<b>1.874</b>
				Capital social	8	2.542	1.732
				Reservas de lucro		3.508	142
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>18.424</b>	<b>1.955</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Nota	Capital social	Reservas legais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)</b>		<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Aumento de capital		1.731	-	-	-	1.731
Lucro líquido do exercício		-	-	-	142	142
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal		-	7	-	(7)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	-	(135)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.732</b>	<b>7</b>	<b>135</b>	<b>-</b>	<b>1.874</b>
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	482	482	482
Constituição da reserva de retenção de lucros, adoção CPC 47		-	-	482	(482)	-
Aumento de capital		810	-	-	-	810
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.884	2.884
Destinação proposta à AGO:						
Reserva legal		-	145	-	(145)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	-	(2.739)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8</b>	<b>2.542</b>	<b>152</b>	<b>3.356</b>	<b>-</b>	<b>6.050</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") foi constituída em 11/11/2016, com a finalidade de explorar serviços de transmissão de energia elétrica, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), notadamente o Contrato de Concessão nº 19/2017 correspondente ao Lote 22 do Leilão ANEEL nº 13/2015 - 2ª Etapa - Republição, cujo investimento previsto pela ANEEL é de R\$ 485.841, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 101.020. Constitui ainda seu objeto social, participar de outras sociedades ou de empreendimentos de entidades públicas ou particulares, bem como estabelecer convênios, ajustes ou contratos de colaboração de assistência técnica, que visem à elaboração de estudos, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e implantação de atividades que se relacionem com os serviços pertinentes a seu objeto, inclusive mediante remuneração. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpiadas, 66 - 8º andar - Sala K - São Paulo - SP.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis, estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis, requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao processo inerente das estimativas. A ESTE revisa suas estimativas anualmente. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis, foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ESTE. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**3.1 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como "valor justo por meio do resultado". Contas a receber da concessão, até 31 de dezembro de 2017 foram classificadas como "ativo financeiro pelo custo amortizado" em consonância com o ICPC 01 (IFRIC 12), tendo sido alterado para "ativo contratual pelo custo amortizado", em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15), a partir de 1º de janeiro de 2018, data de início de vigência da referida norma. Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2 Contratos de concessão:** O contrato de concessão prevê que o concessionário atue como prestador de serviço de implantação, ampliação, reforço ou melhoria da infraestrutura bem como a operação e manutenção dessa infraestrutura durante o prazo do contrato. A ESTE registra e mensura a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão como ativo contratual (IFRIC 12). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária cumpre a obrigação de implantar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a ESTE cumpre a obrigação de operar e manter a infraestrutura, a parcela do ativo

contratual equivalente à contraprestação daquele mês pelo cumprimento da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos na infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, de 13,01% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a uma satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante. **3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a ESTE não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4 Passivos financeiros:** A ESTE classifica fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado. **3.5 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ESTE possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1 Provisões para contingências:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A ESTE revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.7 Tributação: 3.7.1 Impostos sobre a receita:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%; **3.7.2 Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: O Imposto de renda e a Contribuição social da ESTE são calculados pelo regime do lucro real. *Diferidos:* Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8 Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela ESTE, e estão segregadas da seguinte forma: **3.8.1 Receita de implantação de infraestrutura:** Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a ESTE utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera

### Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Nota	2018	2017
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9</b>	<b>13.464</b>	<b>1.951</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>			
Custo de implantação de infraestrutura		(9.095)	(1.736)
<b>Lucro bruto</b>		<b>4.369</b>	<b>215</b>
<b>Lucro operacional antes do Resultado financeiro</b>		<b>4.369</b>	<b>215</b>
<b>Lucro antes da CS e do IR</b>		<b>4.369</b>	<b>215</b>
IR e CS diferidos	7 e 10	(1.485)	(73)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.884</b>	<b>142</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora		2.884	142
		<b>2.884</b>	<b>142</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.884</b>	<b>142</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.884</b>	<b>142</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. **3.8.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.8.3 Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo e incluem margens idênticas às utilizadas no serviço de implantação de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos. **3.8.4 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.9 Principais mudanças nas políticas contábeis:** A ESTE adotou os pronunciamentos e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC e IASB, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, que são: • **CPC nº 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers):** Na adoção do CPC 47, a ESTE aplicou o método do efetivo cumulativo, não reproduzindo os efeitos deste CPC para o exercício comparativo de 2017. Os ajustes dos saldos contábeis em função da adoção inicial foram registrados em lucros acumulados. A ESTE avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.2, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Como consequência da aplicação do CPC 47, o Contas a receber de Implantação da Infraestrutura, até então, classificado como ativo financeiro, e cujo saldo totalizava, em 1º de janeiro de 2018 R\$ 1.951, passa a ser classificado como ativo contratual, no montante de R\$ 2.929. A diferença dos critérios de mensuração, no montante de R\$ 482 foi contabilizada diretamente em lucros acumulados, líquido dos efeitos de impostos tributários e encargos regulatórios diferidos. **CPC nº 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments):** O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A ESTE adotou a nova norma e com base no advento da adoção inicial simplificada, utilizou-se da isenção de não apresentação de informações comparativas dos períodos anteriores.

#### 4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A ESTE não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações contábeis e também não planeja adotá-las de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 6 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da ESTE está em processo de análise e não espera impactos significativos decorrentes desses pronunciamentos.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa e bancos	152	1
Aplicações financeiras	-	2
	<b>152</b>	<b>3</b>

As aplicações financeiras foram encerradas em 30 de junho de 2018.

#### 6. CONTAS A RECEBER DA CONCESSÃO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ESTE é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Movimento do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2018:

	2018
Receita de implantação de infraestrutura	1.951
Realização do ativo contratual (recebimento)	15.341
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>18.271</b>
Contas a receber da concessão - não circulante	18.271
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>18.271</b>

As Contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ESTE considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

#### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	4.369	215
<b>Itens que não afetam as disponibilidades</b>	<b>4.369</b>	<b>215</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>	<b>(15.007)</b>	<b>(1.951)</b>
Contas a receber da concessão	-	(1)
Impostos a recuperar	-	(1)
<b>Aumento (redução) no passivo</b>	<b>(15.007)</b>	<b>(1.951)</b>
Fornecedores	415	8
Tributos e contribuições sociais a recolher	(91)	-
Encargos regulatórios	1.681	-
Outros passivos	162	-
<b>Caixa líquido aplicado das atividades operacionais</b>	<b>(8.471)</b>	<b>(1.729)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>810</b>	<b>1.732</b>
Aumento de capital	810	1.732
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.810	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>8.620</b>	<b>1.732</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>149</b>	<b>3</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	152	3
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>149</b>	<b>3</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Reconhecido	2017	no resultado	2018
<b>Passivo fiscal diferido</b>				
Diferimento do lucro da construção conforme artigo 84 inciso II IN nº 1515/14	73	1.623	1.696	
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>73</b>	<b>1.623</b>	<b>1.696</b>	

#### 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**8.1 Capital social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.542, representado por 2.541.894 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Integralizadas Ordinárias	% do capital votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	2.541.893	100,00%	100,00%
Membros do Conselho de Administração	1	0,00%	0,00%
	<b>2.541.894</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**8.2 Reservas de lucro: 8.2.1 Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **8.2.2 Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **8.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ESTE, os acionistas terão direito a receber com dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.884</b>	<b>142</b>
Constituição da reserva legal	(145)	(7)
<b>Base de cálculo de dividendos</b>	<b>2.739</b>	<b>135</b>
Reserva de lucros retidos	(2.739)	(135)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### 9. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	2018	2017
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>15.342</b>	<b>1.951</b>
Receita de implantação de infraestrutura	15.342	1.736
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	215
<b>Reduções da receita operacional</b>	<b>(1.878)</b>	<b>-</b>
PIS	(253)	-
COFINS	(1.166)	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	(399)	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(60)	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13.464</b>	<b>1.951</b>

#### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue: